Crenças linguísticas e preconceito linguístico: reflexões sobre a Sociolinguística Educacional no contexto da educação básica

*Linguistic beliefs and linguistic prejudice: reflections on
Educational Sociolinguistics in the context of basic education*

Fernanda Soares da Silva Torres
Universidade Federal Fluminense
fernanda_japeri@yahoo.com.br

RESUMO

Quando se fala em língua e representação, é comum que tais temas sejam pensados a partir de um viés subjetivo da linguagem. Relaciona-se a isso o estudo de crenças e atitudes linguísticas, assunto que já foi abordado por diferentes autores, como Cyranka (2007) e Pereira & Costa (2012). O presente artigo surge com a proposta de revisitar a temática das crenças linguísticas, discorrendo sobre um estudo da área da Sociolinguística Educacional, que foi desenvolvido em uma turma de sexto ano de ensino fundamental (Torres, 2014). Objetiva-se, dessa forma, provocar reflexões sobre a necessidade de inserir a Sociolinguística Educacional na educação básica como maneira de combater o preconceito linguístico no contexto escolar.

Palavras-chave: crenças linguísticas; Sociolinguística Educacional; preconceito linguístico.

ABSTRACT

When it comes to language and representation, it is common to think about it through a subjective perspective of language. The study of linguistic beliefs and attitudes is related to a subject that has already been addressed by different authors, such as Cyranka (2007) and Pereira & Costa (2012). This article brings out a proposal of revisiting the theme of linguistic beliefs, presenting a study in the area of Educational Sociolinguistics that was developed in a sixth-grade class of Elementary School (Torres, 2014). Therefore, this article aims to entice reflections on the need of introducing Educational Sociolinguistics in Basic Education as a way to fight linguistic prejudice in the school context.

Keywords: linguistic beliefs; Educational Sociolinguistics; linguistic prejudice.

INTRODUÇÃO

As crenças linguísticas se relacionam diretamente à questão da representação linguística, já que envolvem os pensamentos e as opiniões subjetivas dos falantes em relação a dada língua ou variedade linguística. Neste artigo, será indicado de que maneira essa temática pode ser associada ao contexto escolar, sob o viés da Sociolinguística. Para isso, será apresentado um estudo realizado com alunos do sexto ano do ensino fundamental de uma escola pública, localizada no município de Paracambi, no Rio de Janeiro.

Torna-se essencial utilizar a Sociolinguística, tendo em vista que ela considera a heterogeneidade linguística. Dessa maneira, não se enxerga a língua como estática, mas como viva e variável. Nessa perspectiva, ela sempre irá variar e mudar. Por esse motivo, sob o ponto de vista linguístico, não haveria motivos para atribuir juízos de valor a uma ou outra forma de falar. Apesar disso, utilizar uma língua não envolve apenas aspectos linguísticos, mas discursivos, contextuais, ideológicos e sociais; por isso, inclui “considerar a língua como uma *atividade social*” (Bagno, 2003, p. 19, grifo do autor).

Nesse contexto, é essencial que o professor pense em práticas que dialoguem com a visão de língua como heterogênea, para que os alunos compreendam que o preconceito linguístico não tem razão de existir, visto que sua origem está ligada a fatores extralinguísticos¹. Conforme indicam Pereira & Costa (2012), “os grupos sociais de maior prestígio social norteiam as atitudes linguísticas das comunidades de fala” (p. 174). Assim, determinadas atitudes linguísticas, baseadas em crenças preconceituosas, muitas vezes, aparecem por questões sociais. É importante salientar que, pelo menos desde Labov, considera-se que o componente social repercute no fenômeno língua. Como exemplo, pode-se citar que, de acordo com o referido autor, “a inovação feita pelo grupo de status mais alto [...], com algumas exceções, serão formas de prestígio” (Labov, 2008 [1972], p. 333). Percebe-se, dessa maneira, que a seleção da norma de prestígio está diretamente relacionada aos usos adotados pela classe dominante, e a escola aparece como central “no processo que conduz à elaboração, legitimação e imposição de uma língua

¹ Sobre a origem do preconceito linguístico, Lagares (2018, p.166) afirma que “os juízos de correção não surgem dos dados linguísticos, mas da ordem social em que eles se situam”, já que “do ponto de vista da descrição, não existem códigos melhores do que outros”.

oficial” (Bourdieu, 2008, p. 35). Dessa forma, se um aluno acredita que seu modo de falar é feio, ele pode se sentir desestimulado a se expressar nas aulas, e isso pode fazer com que não tenha toda a sua potencialidade desenvolvida. Convém, portanto, considerar as crenças linguísticas no contexto da educação básica, já que elas podem influenciar o aprendizado dos discentes.

Nesse sentido, ao revisar o trabalho de Torres (2014), que adotou uma metodologia de pesquisa de base qualitativa, o presente artigo objetiva demonstrar o potencial da Sociolinguística Educacional para a formação social dos sujeitos. Para isso, serão apresentadas maneiras de utilizar os conhecimentos sociolinguísticos nas aulas de Língua Portuguesa na educação básica, como forma de combater o preconceito linguístico, o que aponta para a necessidade de incluir atividades educacionais que disseminem a teoria já citada.

O ESTUDO DE CRENÇAS LINGUÍSTICAS

O objetivo desta seção é relatar um estudo que envolveu crenças linguísticas e preconceito linguístico. O presente trabalho trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras, com área de concentração em Linguística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Essa pesquisa foi realizada em uma escola pública em Paracambi, município localizado no estado do Rio de Janeiro.

Primeiramente, é essencial mencionar que as crenças “são construídas ideológica e socialmente, a partir de nossas experiências individuais ou em sociedade. Elas não são estáticas, ou seja, estão em constante construção e podem ser modificadas com o passar do tempo” (Carraro; Loregian-Penkal, 2018, p. 208). Dessa forma, quando se pensa em crenças linguísticas de viés preconceituoso, é importante refletir sobre o papel das aulas de Língua Portuguesa na desconstrução desses estereótipos. Nesse sentido, a Sociolinguística Educacional tem colaborado muito, por propor uma reflexão teórico-prática que envolve o reconhecimento da heterogeneidade linguística e a desmistificação dos conceitos de *certo* e *errado* no que tange à linguagem (Cyranka, 2016, p. 169), que estão relacionados à ideologia da padronização, conforme assinala Lagares (2018, p. 173).

Baseado no aporte teórico da Sociolinguística, o estudo que será aqui trazido à tona, de Torres (2014), ancorou-se em um teste de crenças linguísticas, que foi aplicado para alunos de uma turma do sexto ano do ensino fundamental. Em um segundo momento, foram ministradas quatro aulas pela pesquisadora, que era também a professora regente da turma, a fim de conscientizar os alunos em relação ao caráter preconceituoso de algumas de suas crenças linguísticas. Por fim, o teste inicial foi reaplicado, com o objetivo verificar se os resultados apontavam para uma modificação das crenças linguísticas dos alunos.

A pesquisa mencionada acima se baseou em Cyranka (2007), que também estudou crenças e atitudes linguísticas na educação básica. A diferença é que Torres (2014) decidiu focalizar nas crenças linguísticas e inseriu a questão do preconceito linguístico, que está relacionado ao modo como os falantes veem o seu próprio modo de falar ou o de outras pessoas. Tal comportamento está ligado às crenças linguísticas de cada locutor, ou seja, ao que ele acredita ser verdadeiro ou falso. Essas crenças, por sua vez, são resultado da “ideologia da língua padrão” (Lagares, 2018, p. 173) e têm origem nas representações linguísticas, isto é, na maneira como os falantes compreendem determinada língua ou mesmo variedade linguística. Assim, o estudo de representações e crenças linguísticas está relacionado a possíveis posicionamentos linguísticos preconceituosos de cada enunciador. Nesse sentido, a pesquisa de Torres (2014) indicou de que forma aulas de Sociolinguística² a alunos do sexto ano contribuíram para uma aparente mudança de crenças linguísticas.

APLICAÇÕES DE UM TESTE DE CRENÇAS

Em relação ao teste de crenças linguísticas, foram utilizadas 16 assertivas fechadas, para as quais os alunos deveriam responder “concordo” ou “não concordo”. As assertivas foram divididas em quatro grupos, sendo três de crenças linguísticas e um de distratoras. As sentenças referentes às crenças linguísticas foram divididas nestes grupos: relacionadas à fala, relacionadas à escrita, relacionadas ao preconceito linguístico. Para

² Neste artigo, o sintagma “aulas de Sociolinguística” refere-se a aulas específicas em que os conteúdos ministrados se relacionam à teoria em questão.

cada um desses três grupos, foram indicadas duas assertivas neutras e duas assertivas subjetivas. A inserção de sentenças distratoras se justifica pela necessidade de não evidenciar o objetivo do teste e verificar se os alunos estavam dedicando a devida atenção à atividade solicitada.

O teste de crenças linguísticas foi aplicado em duas ordens distintas, a fim de verificar se a ordem em que aparecia cada questão poderia influenciar a resposta dos alunos. Abaixo, o quadro apresenta a ordem das sentenças de cada lista. Vale citar que a lista 2 apresentou as questões na ordem inversa da lista 1.

Quadro 1 – Ordem em que as sentenças apareceram em ambas as listas.

(continua)

ORDEM DA LISTA 1		ORDEM DA LISTA 2	
Sentença	Tipo de sentença	Sentença	Tipo de sentença
A escrita é mais importante do que a fala.	ESCRITA – NEUTRA	As pessoas de idades diferentes falam de formas diferentes.	DISTRATORA
O bom professor deve sempre falar de acordo com as regras gramaticais.	FALA – NEUTRA	As pessoas já riram de mim quando eu falei alguma coisa errada.	PRECONCEITO – SUBJETIVA
As pessoas que falam errado sofrem preconceito.	PRECONCEITO – NEUTRA	Na minha opinião, o bom professor deve corrigir os seus alunos quando eles falam errado.	FALA – SUBJETIVA
O português é bem diferente do japonês.	DISTRATORA	Eu acho que escrever é mais difícil que falar.	ESCRITA – SUBJETIVA
Para eu escrever bem, é necessário que eu fale de forma certa.	ESCRITA – SUBJETIVA	Escrever é muito fácil porque a gente já nasce sabendo.	DISTRATORA
Eu acho que as pessoas que têm estudo (como médicos e	FALA – SUBJETIVA	A escola só deve ensinar o jeito certo de falar.	PRECONCEITO – NEUTRA

advogados) devem falar corretamente.			
Eu acho feio quando as pessoas falam errado.	PRECONCEITO – SUBJETIVA	O Português é uma língua muito difícil.	FALA – NEUTRA
As pessoas do Nordeste falam igual às pessoas do Rio.	DISTRATORA	Há só um jeito certo de escrever.	ESCRITA – NEUTRA
Há só um jeito certo de escrever.	ESCRITA – NEUTRA	As pessoas do Nordeste falam igual às pessoas do Rio.	DISTRATORA
O Português é uma língua muito difícil.	FALA – NEUTRA	Eu acho feio quando as pessoas falam errado.	PRECONCEITO – SUBJETIVA
A escola só deve ensinar o jeito certo de falar.	PRECONCEITO – NEUTRA	Eu acho que as pessoas que têm estudo (como médicos e advogados) devem falar corretamente.	FALA – SUBJETIVA
Escrever é muito fácil porque a gente já nasce sabendo.	DISTRATORA	Para eu escrever bem, é necessário que eu fale de forma certa.	ESCRITA – SUBJETIVA

Fonte: Adaptado de Torres (2014).

Quadro 1 – Ordem em que as sentenças apareceram em ambas as listas.

Eu acho que escrever é mais difícil que falar.	ESCRITA – SUBJETIVA	O português é bem diferente do japonês.	DISTRATORA
Na minha opinião, o bom professor deve corrigir os seus alunos quando eles falam errado.	FALA – SUBJETIVA	As pessoas que falam errado sofrem preconceito.	PRECONCEITO – NEUTRA
As pessoas já riram de mim quando eu falei alguma coisa errada.	PRECONCEITO – SUBJETIVA	O bom professor deve sempre falar de acordo com as regras gramaticais.	FALA – NEUTRA
As pessoas de idades diferentes falam de formas diferentes.	DISTRATORA	A escrita é mais importante do que a fala.	ESCRITA – NEUTRA

Fonte: Adaptado de Torres (2014).

Conforme indicado no quadro 1, esta foi a ordem da lista 1: escrita neutra, fala neutra, preconceito neutra, distratora, escrita subjetiva, fala subjetiva, preconceito subjetiva, distratora, escrita neutra, fala neutra, preconceito neutra, distratora, escrita subjetiva, fala subjetiva, preconceito subjetiva e distratora. A lista 2 seguiu a ordem inversa e foi apresentada desta maneira: distratora, preconceito subjetiva, fala subjetiva, escrita subjetiva, distratora, preconceito neutra, fala neutra, escrita neutra, distratora, preconceito subjetiva, fala subjetiva, escrita subjetiva, distratora, preconceito neutra, fala neutra e escrita neutra.

Os termos “subjetiva”, “objetiva” e “neutra” foram aplicados no sentido do que se observou em Cyranka (2007), ao realizar um teste de crenças linguísticas, que serviu de base para este estudo. A pesquisadora apresentou 25 questões, sendo que 24 eram fechadas e uma permitia mais de uma possibilidade de resposta. A resposta em aberto era esta: “Há outras FALAS mais bonitas que a de Minas Gerais, exemplo, a de _____”. Em relação às sentenças fechadas do teste de crenças, foram apresentadas oito de viés subjetivo e dezesseis de teor neutro, mas não fez uma

diferenciação entre esses tipos. São consideradas questões subjetivas as que se relacionam à opinião do sujeito em relação a dada assertiva; portanto, iniciam-se com expressões como “Eu acho” e “Na minha opinião”. As questões neutras fazem referência à opinião do participante sem se incluir na sentença. Vale salientar que foram acrescentadas questões sobre “preconceito linguístico”, já que em Cyranka (2007), havia apenas sentenças sobre “fala” e “escrita”. Isso ocorreu, já que o objetivo principal deste estudo era verificar a relação entre crenças e o preconceito linguístico dos alunos.

Os procedimentos da primeira aplicação do teste de crenças foram repetidos na segunda. O teste apresentava dezesseis questões, que foram alocadas em duas folhas de papel A-4. Foi informado aos alunos que não seria pontuada a atividade realizada e eles deveriam marcar as respostas de acordo com o que achavam, pois não havia uma resposta certa ou errada para cada item. Além disso, foi pedido que não deixassem questões em branco e nem escrevessem o nome na folha.

Na primeira aplicação, estavam presentes 33 alunos, e, na segunda, havia trinta discentes. Todos os alunos fizeram o teste de crenças. Em média, realizaram os testes em vinte minutos. De forma geral, os estudantes entenderam o que foi solicitado e fizeram a tarefa conforme pedido. Mesmo assim, alguns deixaram respostas em branco, talvez por falta de atenção ou de hábito de realizarem tarefas de mesmo molde. Por esse motivo, decidiu-se desconsiderar algumas das respostas e, nesse sentido, as sentenças distratoras foram utilizadas, de acordo com critérios que serão apresentados.

Dessa forma, na primeira aplicação do teste de crenças, foram descartadas oito respostas. Na contagem final da segunda aplicação, sete respostas foram desconsideradas. Tal decisão foi tomada pelo fato de três alunos terem deixado de responder a uma pergunta e cinco estudantes terem respondido incorretamente a questões distratoras. Foram utilizadas estas assertivas distratoras como parâmetro de corte dos alunos: “O português é bem diferente do japonês”, “As pessoas do Nordeste falam igual às pessoas do Rio” e “Escrever é muito fácil porque a gente já nasce sabendo”. Como respostas, esperavam-se obter, respectivamente, estas: “concordo”, “concordo” e “não concordo”. Na análise dos dados, foi descartada esta assertiva: “Pessoas de idades diferentes falam de formas diferentes”, visto que os alunos responderam a ela de maneiras muito distintas. Como resultado, 52% dos participantes marcaram “concordo” e 48% indicaram “não concordo”. Esse fato aponta para a possibilidade de os discentes, talvez pela faixa etária,

que era de onze anos e oito meses, não terem ainda a experiência linguística e social de que, de fato, a sentença era verdadeira.

AS AULAS DE SOCIOLINGUÍSTICA

O objetivo desta seção é apresentar as quatro aulas de Sociolinguística que foram ministradas aos alunos após a primeira aplicação do teste de crenças. É válido lembrar que essa parte prática da pesquisa foi inserida a fim de verificar se o conhecimento sociolinguístico seria capaz de alterar as crenças linguísticas dos estudantes.

Dessa maneira, a primeira aula objetivou fazer com que os alunos refletissem acerca dos conceitos de *certo* e *errado* e percebessem a flexibilidade deles. Partindo de situações cotidianas, a professora discutiu com os alunos como as noções de certo e errado se modificam de acordo com diferentes situações, como por exemplo, papéis sociais. Como exemplo, citou-se que, para muitos alunos, não há problema em cabular aulas e alguns consideram certo fazer isso. Já para os pais, tal comportamento seria errado. A aula foi finalizada com uma pergunta em relação à presença ou não de tal flexibilidade em relação à língua.

A segunda aula visou demonstrar a organização das normas populares. Para isso, foram apresentados aos alunos estes versos de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade:

Texto I

[...] A vida não me chegava nem pelos jornais nem pelos livros
Vinda da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil [...]
(Bandeira, 1970, p. 193)

Texto II

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
Na superfície estrelada das letras,
sabe lá o que ela quer dizer.
[...]
(Andrade, 2017, p. 129)

Sobre o primeiro texto, foi explicado que a vida chegava para o poeta pelo falar popular; assim, para que ele vivesse, não seria necessário conhecer a língua da escola. Esperou-se promover uma reflexão sobre a importância da norma popular, chamada pelo poeta de “língua errada do povo”. Já o texto II possibilitou uma reflexão sobre a diferença entre “a língua do povo”, que é espontânea e não monitorada, e a “língua da escola”, que é artificial e monitorada³.

Em seguida, foram apresentados exemplos de substantivos. Os alunos foram indicando quais seriam as regras, em “cidadão” e “os cidadãos”, pois já haviam estudado flexão dos substantivos. Portanto, foi indicado que “a língua da escola” tem regras. Fazendo um paralelo, foi mencionado que a norma popular também é sistemática, como ocorre com a formação do plural, quando apenas o artigo é flexionado, como em “os livro”⁴. Foi citado este exemplo de língua inglesa: “the book” e “the books”, apontando para o fato de que, para formar o plural, apenas o substantivo é flexionado. Dessa forma, “o inglês pareceria um pouco com a ‘língua do povo’” (Torres, 2014, p. 35). Também nesta aula, foi trazida à tona a questão da agramaticalidade, como em “o meninos”, que logo foi reconhecida como estranha pelos alunos. Assim, mostrou-se que a norma popular não é assistemática, mas organizada. Por fim, foi mencionada a importância da situacionalidade discursiva.

A terceira aula buscou demonstrar aos alunos algumas regras da “língua do povo”. Para isso, estas frases foram apresentadas aos alunos: “O Framengo é melhor do que o Fruminense.”, “O beijo do rapaz é doce.”, “Você vai trabaiá hoje?” e “A cuié caiu.”. Em seguida, explicou-se a construção de “Framengo”, “Fruminense”, “beijo” e “trabaiá”. Por exemplo, para explicar as duas primeiras ocorrências, foi usado um trecho de “Os Lusíadas”, que apresenta as palavras “pranta”, “fruta”, “pruma”, “ingrês”, “frecha” e “pubrica”, que apontam para uma tendência rotacizante de língua portuguesa.⁵

O objetivo da última aula foi provocar a reflexão sobre o papel da “língua da escola”. Para isso, foi feita uma revisão sobre as aulas anteriores. Em seguida, foi

³ Pelo fato de o assunto ter sido novo para a maior parte dos alunos, escolheu-se chamar a norma popular de “língua do povo” e a norma gramatical de “língua da escola”.

⁴ Uma análise detalhada da eliminação de marcas de plural redundantes, traço muito comum nas normas populares, pode ser encontrada em Bagno (2011a), p. 48-55.

⁵ As explicações da sistematização das outras construções que são comuns nas normas populares podem ser encontradas em Torres (2014, p. 38 e 39).

mencionado que a escola deve ensinar a norma gramatical, mas precisa aceitar as diferentes variedades linguísticas. Além disso, foi mencionado que alguns contextos requerem o conhecimento da “língua da escola”.

De forma geral, os alunos foram bem participativos e demonstraram compreender bem as discussões realizadas nas aulas. Prova disso são os resultados que serão descritos a seguir. Obviamente, a temática da Sociolinguística foi apenas introduzida a esses alunos e o que buscou verificar foi se as aulas contribuíram para que eles mudassem algumas de suas crenças linguísticas com viés preconceituoso. Os resultados apontaram para uma aparente mudança nesse tipo de crença linguística, conforme apresentado na próxima seção.

OS RESULTADOS DO TESTE DE CRENÇAS

Abaixo, encontram-se os resultados de ambas as aplicações do teste de crenças linguísticas:

Quadro 2 – Percentual de concordância com cada sentença em ambas as aplicações.

Tipo de sentença	Sentença	% de concordância - 1ª Aplicação	% de concordância - 2ª Aplicação
DISTRATORAS	As pessoas do Nordeste falam igual às pessoas do Rio.	0=0%	5=21,7%
	As pessoas de idades diferentes falam de formas diferentes.	13=52%	10=43,5%
	O português é bem diferente do japonês.	25=100%	23=100%
	Escrever é muito fácil porque a gente já nasce sabendo.	0=0%	0=0%
FALA – NEUTRA	O Português é uma língua muito difícil.	5=20%	6=26,1
	O bom professor deve sempre falar de acordo com as regras	16=64%	11=47,8%

	gramaticais.		
FALA – SUBJETIVA	Na minha opinião, o bom professor deve corrigir os seus alunos quando eles falam errado.	24=96%	11=47,8% 1
	Eu acho que as pessoas que têm estudo (como médicos e advogados) devem falar corretamente.	17=68%	15=65,2%
ESCRITA – NEUTRA	A escrita é mais importante do que a fala.	13=52%	15=65,2%
	Há só um jeito certo de escrever.	9=36%	5=21,7%
ESCRITA – SUBJETIVA	Eu acho que escrever é mais difícil que falar.	11=44%	17=73,9%
	Para eu escrever bem, é necessário que eu fale de forma certa.	19=76%	12=52,2%
PRECONCEITO – NEUTRA	As pessoas que falam errado sofrem preconceito.	18=72%	20=87%
	A escola só deve ensinar o jeito certo de falar.	11=44%	12=52,2%
PRECONCEITO – SUBJETIVA	Eu acho feio quando as pessoas falam errado.	10=40%	5= 21,7% 1
	As pessoas já riram de mim quando eu falei alguma coisa errada.	18=72%	18=78,3%

Fonte: Adaptado de Torres (2014).

Em relação aos resultados que aparecem no quadro acima, serão destacadas quatro sentenças que apontam para uma mudança em relação às crenças linguísticas dos alunos. Para aferir isso, consideraram-se ambas as aplicações do teste de crenças linguísticas, a primeira, ocorrida antes das aulas de Sociolinguística, e a segunda, que aconteceu após as aulas.

A primeira sentença que merece destaque é esta: “Na minha opinião, o bom professor deve corrigir os seus alunos quando eles falam errado”. A diferença entre os resultados de ambas as aplicações aponta para uma mudança de opinião em relação às crenças dos estudantes. Na primeira aplicação do teste, 96% dos participantes concordaram com essa assertiva, o que significa que quase todos os alunos atribuíram ao professor a função de corrigir a fala dos alunos. Além disso, não aparentaram desconforto com a expressão “falar errado”. Já na segunda aplicação, esse percentual caiu para 47,8%. Nesse caso, os resultados parecem apontar para um efeito das aulas em relação às crenças preconceituosas dos alunos.

Também em relação à assertiva “Para eu escrever bem, é necessário que eu fale de forma certa”, é possível notar uma mudança significativa. Na primeira aplicação, somente 24% dos estudantes discordaram dela. Na segunda aplicação, esse percentual subiu para 47,8%. Esse resultado positivo aponta para uma possível percepção de que a escrita e a fala, de forma geral, têm objetivos distintos, já que, muitas vezes, estão relacionados a diferentes contextos e propósitos comunicativos. Além disso, as aulas de Sociolinguística podem ter contribuído para que “alguns alunos percebessem que falantes cultos da língua podem utilizar, e provavelmente utilizarão, construções da norma popular em suas falas não monitoradas”⁶ e isso não significaria falta de domínio da “norma da escola” (Torres, 2014, p. 73).

Outra afirmação que merece destaque é esta: “Eu acho feio quando as pessoas falam errado”. Na primeira aplicação do teste de crenças linguísticas, 40% dos alunos marcaram que concordavam com essa assertiva. Após as aulas com conteúdo de Sociolinguística, esse número caiu para 21,7%. É possível que os discentes tenham compreendido que “uma análise linguística da norma popular não corrobora a existência

⁶ Sabe-se que o uso de construções da norma popular é comum em amostras produzidas por falantes cultos, conforme sinalizado, há tempos, pelo *Projeto NURC* (Projeto Norma Urbana Culta).

do preconceito” (Torres, 2014, p. 74). Por esse motivo, a compreensão da legitimidade da norma popular pode também ter contribuído para essa considerável mudança revelada pelos dados.

Por fim, é importante citar a afirmação “Na minha opinião, o bom professor deve corrigir os seus alunos quando eles falam errado”, com a qual 96% dos alunos concordaram na primeira aplicação. Após as aulas de Sociolinguística, o percentual foi reduzido para 47,8%, o que aponta para a possibilidade de as aulas terem influenciado as crenças linguísticas que apresentavam um viés preconceituoso por parte dos alunos. Nesse caso, é digno de nota que quase metade da turma continuou com o mesmo pensamento, o que pode ser justificado pela idade dos alunos, cuja média é menor que 12 anos. Por não serem ainda adolescentes, muitos podem enxergar o professor como o responsável por corrigir os alunos em todos os sentidos, e não apenas em relação à norma linguística utilizada.

Nesse contexto, pode-se afirmar que os resultados apontam para a possibilidade de o conhecimento da Sociolinguística Educacional ser capaz de contribuir para que os discentes se distanciem de crenças linguísticas preconceituosas. Conforme salienta Cyranka (2016),

A Sociolinguística Educacional propõe que se leve para as salas de aula a discussão sobre a variação linguística, orientando os alunos a reconhecerem as diferenças dialetais e, mais importante, a compreenderem que essas diferenças são normais, legítimas e que devem ser consideradas na seleção das estruturas a serem utilizadas a depender das condições de produção, isto é, das necessidades do leitor/escritor, falante/interlocutor, a partir do contexto em que se encontra (Cyranka, 2016, p. 169).

Dessa maneira, é essencial que os pressupostos dessa área teórico-prática estejam presentes nas aulas de Língua Portuguesa desde a educação básica, já que podem contribuir para a disseminação da variação linguística como normal, sistemática e esperada. Essa visão, que é confirmada por vários estudos científicos desde Labov (2008) [1972], colabora para que a formação social dos sujeitos se concretize de forma que o preconceito linguístico não seja tolerado no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, neste trabalho, que a temática na Sociolinguística Educacional deve estar presente na educação básica, já que pode servir como um agente capaz de provocar a reflexão dos alunos em relação às suas próprias crenças linguísticas. Além disso, a pesquisa demonstrou que, após as aulas de Sociolinguística, as crenças preconceituosas dos alunos tenderam a diminuir. Obviamente, são necessários estudos mais detalhados sobre a temática, considerando que avaliar mudanças de crenças de sujeitos é uma tarefa muito complexa.

Mesmo assim, os resultados apresentados neste trabalho devem ser considerados – principalmente, quando se pensa que a pesquisa foi realizada com alunos do sexto ano do ensino fundamental, muitos dos quais nunca tinham ouvido falar em variação linguística e nem refletido sobre isso. Acredita-se que o trabalho com a Sociolinguística Educacional envolve muito mais do que usar algumas aulas para falar de variação linguística como se fosse um conteúdo apenas. Torna-se essencial, portanto, que o professor compreenda que a língua é variável e intrinsecamente heterogênea. Dessa forma, os pressupostos da Sociolinguística sempre aparecerão em suas aulas, independentemente do conteúdo a ser trabalhado, e contribuirão para que crenças baseadas no preconceito linguístico não se fixem no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. de. *Boitempo: Esquecer para lembrar*. Rio de Janeiro: Record, 2017 [1979]. p. 129.
- BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2011a.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2011b.
- BANDEIRA, M. *Poesias: A cinza das horas, Carnaval, O ritmo dissoluto, Libertinagem, Estrela da manhã, Lira dos cinquent'anos*, Belo Belo, Opus 10. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p. 193.

BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. In: *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008. p.29-52.

CARRARO, F. P.; LOREGIAN-PENKAL, L. Crenças e atitudes linguísticas de acadêmicos participantes do Projeto Pibid em relação à língua espanhola. In: FRANCESCHINI, L. T.; LOREGIAN-PENKAL, L. *Sociolinguística: estudos de variação, mudança e atitudes linguísticas*. Guarapuava: Editora Unicentro. 2018, p. 205-227.

CYRANKA, L. F. M. *Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora – MG*. 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CYRANKA, L. F. M. Sociolinguística aplicada à educação. In: *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 167-176.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LABOV, W. O estudo da língua em seu contexto social. In: *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 215-299 [1972].

PEREIRA, T.; COSTA, D. Representação linguística: perspectivas práticas e teóricas. In: *Revista Gragoatá*. v. 17, n. 32, 30 jun. 2012.

TORRES, F. S. S. *Estudo de crenças e preconceito linguísticos em alunos do sexto ano de uma escola do município de Paracambi (RJ)*. 2014. 89 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Recebido em: 04/07/2023

Aceito em: 12/10/2023

Fernanda Soares da Silva Torres: Graduada em Letras: Português/Italiano (UERJ), mestra em Linguística (UERJ) e doutoranda em Estudos de Linguagem (UFF). Além disso, tem experiência como corretora de redações em certames públicos federais e professora da educação básica e superior.